

6. Capítulo 6

No capítulo anterior foi avaliada a fase final da carreira e da vida de João do Rio, que morreu em 23 de junho de 1921 de um enfarto fulminante, dentro de um táxi, a caminho de casa. A pesquisa ressaltou a intensidade dos debates em torno da nacionalização da pesca e da exigência de naturalização dos pescadores poveiros no jornal *A Pátria*. Nesse momento, João do Rio acusa o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) de apoiar os jacobinos e de fortalecer a Ação Social Nacionalista, presidida por Afonso Celso, da qual Epitácio era membro. Observou-se como a intervenção da comandante Frederico Villar à frente do cruzador José Bonifácio, em prol do saneamento da costa brasileira e da organização dos serviços da pesca, incluindo aí a naturalização dos pescadores, reacendeu a lusofobia, visto a atividade pesqueira estar, majoritariamente, em mãos portuguesas.

Enquanto isso, João do Rio procurava em *A Pátria* reafirmar sua decisão de apoiar e defender os portugueses, confirmando em diversos “bilhetes” a coerência da escolha. Argumenta que sua carreira estava pautada na crença de que a relação entre brasileiros e portugueses era essencial para a auto-afirmação brasileira e também sinônimo de patriotismo, pois, para ele, amar o Brasil implicava amar Portugal. Em “bilhete” a um “caro amigo”, declara:

ainda era menino de preparatórios e certa vez levei um artigo, acerca de Eça de Queiroz, ao “Paiz”. Eduardo Salomonde publicou-o. Eu exultei. Fui à redação agradecer. Mal entrava, o contínuo entregou-me duas cartas (...). De certo seriam aplausos. Foi como se recebesse um murro no estômago. Era anônima, dizendo-me os maiores horrores. Abri, trêmulo, a segunda. Também anônima e cheia de desaforos. Em vinte anos de jornalismo, num exaustivo e tremendo labor, toda a lama disponível na sarjeta eles me atiram. (...) Desde 1908 eu me bato pela íntima solidariedade luso-brasileira.⁵³⁵

Artigos, cartas, discursos, a relação de João do Rio com Portugal, ou a “íntima solidariedade luso-brasileira” – iniciada, como ele mesmo afirma, em 1908, ano de sua primeira viagem à Europa (e ano em que escreveu uma resenha na *Gazeta de Notícias* sobre um artigo de João de Barros publicado na revista

⁵³⁵ RIO, João do. “Ao caro amigo”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 29/10/1920.

francesa *La Revue*, como apontado no terceiro capítulo) – rendeu, como já mencionado, *Portugal d’agora* e a *Atlântida*, editada em Portugal, da qual era diretor no Brasil. Além do importante livro e da revista luso-brasileira, escreveu diversas crônicas, publicadas em jornais, sobre assuntos relativos a Portugal e à colônia portuguesa no Brasil; manteve relação comercial estreita com editores portugueses, que lançaram várias de suas obras.

João do Rio também escreveu e publicou conferências, artigos e ensaios em defesa da aproximação luso-brasileira e sobre política internacional, patriotismo e nacionalismo em *Fados, canções e danças de Portugal* (1909), *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (1916), *Sésamo* (1917), *No tempo de Wenceslão...* (1917), *Adiante!* (de 1919, no qual incluiu a interessante conferência “Pela aproximação luso-brasileira”, realizada no Teatro Nacional de Lisboa), *Na conferência da paz II. Aspectos de alguns países* (1919), *Na conferência da paz III. Algumas figuras do momento* (1920) e em *Ramo de loiro* (1921). Finalmente, lançou *A Pátria*, em que defende os pescadores portugueses contra as medidas arbitrárias levadas a cabo no processo de nacionalização da pesca e repudia a naturalização obrigatória. Como afirma Arnaldo Saraiva,

Portugal d’agora, que dedicou a João de Barros e a Manuel de Sousa Pinto, ainda hoje se lê com proveito e prazer, ao contrário do que sucede com a quase totalidade dos livros de turistas luso-brasileiros; povoado de observações e idéias cintilantes sobre a sociedade portuguesa e sobre as relações luso-brasileiras, que vê com tanta simpatia como realismo. À causa dessas relações dedicou boa parte de sua curta vida; a sua paixão por Portugal ficou patente na orientação de jornais e revistas, desde a *Gazeta de Notícias* à *Atlântida* ou a *A Pátria*, ou em muitos dos seus artigos e ensaios, ou nos livros *Fados, Canções e Danças de Portugal*, e *Adiante!* (capítulo final), e em ações especiais como a que levou Epiácio Pessoa a visitar Portugal.⁵³⁶

A reatualização de tais fatos e a importância da luta pela aproximação, travada quase que individualmente no Brasil nos anos de 1919/20/21 por João do Rio, foi efetuada no início da década de 40 por João de Barros, em Portugal, e por Cândido de Campos,⁵³⁷ no Brasil. O primeiro, em artigo no *Diário de Lisboa*,

⁵³⁶ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 93.

⁵³⁷ “Homem simples, bom, honestíssimo, liberal e democrata, diretor e proprietário de *A Notícia*, não deixou outra obra que não fosse a boa, a boníssima memória do seu caráter e da sua operosa, sincera amizade por Portugal”. AZEVEDO, Manuela de. *Op. cit.*, p. 307. Nota-se, apesar da confirmada luso-brasilidade de Campos, que nem sempre ele agira assim. No auge do nativismo, entre 1918 e 1921, Campos ainda não havia aderido à “causa”, tanto que vaiou, juntamente com Antônio Torres, o escritor Carlos Malheiro Dias na saída de uma conferência deste último, no Rio,

deplora o esquecimento a que foi relegado o nome do amigo nas Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade Portuguesa. O segundo, em apoio a João de Barros e percebendo a gravidade de tal lapso, publica em *A Notícia* um inquérito nas edições dos dias 08, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 25 de janeiro e 1 e 03 de fevereiro de 1941 evocando a vida e a obra de João do Rio. Passo agora a avaliar este episódio, no qual se lamenta que o nome de jornalista brasileiro tenha sido “esquecido” em momento de celebração da pátria portuguesa, apesar da importância de sua atuação para o estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal.

6.1. Eventos para celebrar o “mundo que o português criou”

Segundo Maria Bernardete Ramos, as comemorações pelo duplo centenário enaltecem simbolicamente a raça portuguesa, que singrara mares e deslocara o eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico.⁵³⁸ A celebração revitalizou inúmeros aspectos do Descobrimento, a fim de criar uma política de identidade lusa entre Portugal, Brasil e Angola e realçar a política lusitana, ou a política de lusitanização do Atlântico Sul, fundamentada na capacidade colonizadora do português. Para esse fim, exaltou-se Pedro Álvares Cabral, que ganhou estátua ofertada pelo governo brasileiro (réplica de outra existente na Praça da Glória, no Rio de Janeiro), instalada nas proximidades do elegante Jardim da Estrela, em Lisboa. João de Barros, em texto intitulado “Oferta votiva”, publicado em *Presença do Brasil*, afirmou que a doação foi feita “para que nunca nos hostilizemos nos caminhos e rumos do Atlântico Sul, que será o novo Mediterrâneo, mediterrâneo do espírito, da cultura e da civilização de amanhã...”.

539

Além disso, congressos científicos foram organizados para “entender o mundo que o português criou: o Congresso Colonial, Açoriano, Luso-Brasileiro,

em 1919. João do Rio comentou o episódio em uma de suas cartas a João de Barros (anexo 3 desta tese). Cândido de Campos foi, após a morte de João do Rio, o baluarte da amizade luso-brasileira, segundo Manuela de Azevedo.

⁵³⁸ Havia uma frase comum entre os propagadores da lusitanização do Atlântico Sul, nos anos 20/30/40: “*Mare nostrum*, chamavam os latinos ao Mediterrâneo. *Mare nostrum* chamaremos nós, brasileiros e portugueses, ao Atlântico”. PEDROSO, Consiglieri. *Op. cit.*, p. 107.

⁵³⁹ BARROS, João de. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro: Lisboa: Edições Dois Mundos, s/d, pp. 247-248.

Congresso da História da Expansão do Mundo Português, integrados às Comemorações Centenárias e à Exposição do Mundo Português, de 1940”.⁵⁴⁰ De acordo com a historiadora, o apelo de Salazar para que o Brasil participasse da Comemoração dos Centenários como país irmão, e não apenas convidado, selava a comunhão entre as duas nações, apoiada por Getúlio Vargas.⁵⁴¹ Tanto que o Brasil foi representado nas comemorações por uma legação expressiva de intelectuais e diplomatas, incluindo o chefe da Casa Militar de Vargas (Getúlio, convidado para o Duplo Centenário, cancelou a viagem por conta da Segunda Guerra Mundial, mas participou das comemorações organizadas no Rio pela colônia portuguesa).

O Brasil também construiu na capital portuguesa um pavilhão especial para a Exposição do Mundo Português, montada para a celebração pelo Duplo Centenário. Vale destacar que o ano de 1940 também viu a doação à Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra, de uma coleção de livros que foram exibidos no Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português. Esta sala fora inaugurada em 1937, com o objetivo de incentivar estudos brasileiros naquela cidade e, em 1941, viria a transformar-se em Instituto de Estudos Brasileiros. Nesse mesmo ano, uma legação de políticos, professores e homens de letras

⁵⁴⁰ RAMOS, Maria Bernardete, SERPA, Élio, PAULO, Heloisa. *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001, p. 361. A Exposição do Mundo Português, realizada de 23 de junho a 2 de dezembro de 1940, foi um evento realizado em Lisboa à época do Estado Novo, com o propósito de comemorar simultaneamente as datas da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640). Constituiu-se na maior de seu gênero realizada até então no país e incluía pavilhões temáticos relacionados com a história de Portugal, suas atividades econômicas, sua cultura, regiões e territórios ultramarinos, e ainda um pavilhão do Brasil, único país estrangeiro convidado.

⁵⁴¹ Não pretendo analisar as relações luso-brasileiras nos dois “estados novos”, de Getúlio Vargas e Salazar. Nelson H. Vieira fez um bom apanhado das relações econômicas e culturais entre o Brasil e Portugal nesse período. Segundo ele, a política internacional do governo de Salazar manteve um viés pluricontinental, sobretudo com a África Portuguesa, de forma a tornar a economia menos dependente da Inglaterra. Já o programa capitalista brasileiro buscava o desenvolvimento da economia nacional e o afastamento político e econômico de Portugal. Porém, nos meios culturais, a obra de Gilberto Freire veio a favorecer a união luso-brasileira, em virtude das pesquisas feitas pelo autor sobre a colonização e a contribuição portuguesa para nossa formação, que geraram as obras *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940), nas quais apresenta seu conceito de luso-tropicalismo. A defesa da cultura luso-brasileira como essencial e principal condição da vida da nação é o eixo central destas obras, e tal interpretação não só exerceu papel preponderante na reabilitação do prestígio da colônia e da herança cultural portuguesa no Brasil, com também serviu ao governo salazarista como justificativa para a manutenção do império africano. Afinal, o povo que colonizou o Brasil estava preparado para lançar luz à África, como também salientou Maria Bernardete Ramos e Margarida Calafate Ribeiro, em obras anteriormente citadas. VIEIRA, Nelson H. *Op. cit.*, pp. 138-142. Para Nelson Vieira, esta linha de pensamento anticolonialista e antiportuguesa não partiu da elite política e diplomática brasileira, mas de alguns intelectuais defensores da autodeterminação dos povos africanos.

portugueses presidida por Julio Dantas visitou o Brasil, em retribuição à visita brasileira por ocasião da festa dos Centenários.

É importante ressaltar que o governo de Getúlio Vargas foi profícuo em estimular a aproximação luso-brasileira. Nos primeiros anos, foram assinados o Acordo Comercial de 1933 e o Acordo Ortográfico de 1931. O acordo comercial, que durante um século esteve suspenso pela relutância brasileira em firmar acordos comerciais concedendo privilégios a Portugal (como observamos na retaliação às propostas comerciais inclusas no Acordo Luso-Brasileiro e da Confederação Luso-Brasileira), baseava-se em princípios de liberdade do comércio e da navegação, previa a criação de uma zona franca no território de cada um dos países e a proteção das marcas que interessavam ao Brasil e a Portugal, principalmente o café brasileiro e o vinho português.⁵⁴² Mas o acordo não promoveu efeitos práticos positivos para ambos os lados.

O mesmo se deu com relação à ortografia nos dois países. Em 30 de abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa assinaram, em Lisboa e no Rio de Janeiro, respectivamente, um Acordo Ortográfico com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. “A execução do acordo não seguiu, todavia, o mesmo caminho nos dois países, o que levou ambos os governos a decidir negociar uma convenção destinada a regular os respectivos sistemas ortográficos”.⁵⁴³ Contudo, as divergências não foram conciliadas.

Em 1934, foi instituído e inaugurado o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, que, segundo Nelson H. Vieira, recebeu mais apoio da colônia portuguesa no Brasil do que propriamente do governo português. O instituto, de acordo com Nuno Simões em *Atualidade e permanência do luso-brasilismo*, visava “estimular e manter o comércio espiritual luso-brasileiro por todos os meios culturais e, designadamente pela missão periódica de intelectuais portugueses e brasileiros, incumbidos de cursos especiais ou conferências”.⁵⁴⁴

Em 1935 foi estabelecido entre os jornalistas dos dois países um acordo de intercâmbio de informações e notícias visando promover o conhecimento da vida e da atividade das duas nações em todos os campos, mas o acordo não chegou a

⁵⁴² CERVO, Amado Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. cit.*, p. 214.

⁵⁴³ *Idem*, pp. 215-216.

⁵⁴⁴ SIMÕES, Nuno. *Op. cit.*, p. 48.

ser colocado em prática. Em 1944 foram criadas facilidades para promover a emigração portuguesa para o Brasil, “considerada a que mais se coadunava com a composição étnica ou social do povo brasileiro. Junto a esta atitude existia o pensamento de que o Brasil não devia opor-se à velha Mãe-Pátria”.⁵⁴⁵

Nesse mesmo ímpeto de aproximação luso-brasileira, o diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de Portugal visitou o Brasil em 1941 a fim de negociar um Acordo Cultural com o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Segundo José Calvet de Magalhães, este acordo entre os organismos de informação de Portugal e do Brasil objetivou difundir reciprocamente a cultura nos dois países, mas, por sua própria natureza pouco atraente aos intelectuais dos dois países, teve alcance limitado.⁵⁴⁶

Maria Bernardete Ramos aponta outra série de fatos que, simbolicamente, também reforçaram o discurso em apoio à aproximação luso-brasileira. Além dos já aqui citados, enumera a visita de Júlio Cayola, Agente Geral das Colônias, ao Brasil, em 1937; a instalação da Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, em 1941; a criação da *Atlântida*, em 1915, da revista *Brasília*, em 1942, com o apoio do Instituto para Alta Cultura e do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), de Portugal; o aparecimento de outras revistas, como a *Atlântico*, órgão do Serviço Nacional de Informação (SNI) e do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). O lançamento da revista *Ocidente*, criada em 1938 para tratar de assuntos relacionados à “responsabilidade” portuguesa nos destinos do mundo, e ainda a *Nação Portuguesa*, *Lusitânia* e *O Mundo Português*, “todas revistas de cultura nacionalista, que ensinaram, estudaram, publicaram, pediram, aplaudiram, tudo que favorecesse a aproximação entre as duas Nações ou a criação da consciência da lusitanidade”.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ VIEIRA, Nelson H. *Op. cit.*, p. 141.

⁵⁴⁶ MAGALHÃES, José Calvet de. “As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX”. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003, p. 115.

⁵⁴⁷ RAMOS, SERPA, PAULO. *Op. cit.*, p. 383.

6.2.

João do Rio a caminho da Atlântida: percurso iniciado em 1908

Anos antes, João de Barros apontara quatro episódios que confirmavam a importância da amizade recíproca, em sessão em homenagem ao Brasil, comemorativa pelo Centenário da Independência, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1922. O texto, intitulado “Civilização Atlântica”, foi reunido na coletânea *Portugal, terra do Atlântico*, publicada em 1923. No discurso, João de Barros afirma que, em 12 anos, quatro fatos haviam mostrado a fraternidade do Brasil e de Portugal: o reconhecimento, pelo Brasil, da República Portuguesa (1910); a visita de Epiácio Pessoa a Portugal (1919); a de António José de Almeida ao Brasil (1922) e a travessia aérea do Atlântico por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, também em 22, no hidroavião “Lusitânia”, o “avião da epopéia”, segundo ele.⁵⁴⁸ Para João de Barros, tais fatos “significam que entre os dois países se cria enfim a política preconizada por Consiglieri Pedroso: a política do Atlântico Sul, na qual as duas pátrias – o Brasil no seu próprio território, nós no continente e na África – podem alargar a sua esfera de ações”.⁵⁴⁹

Nesse mesmo diapasão, João de Barros fez uma conferência em que realçou a importância de João do Rio para a aproximação luso-brasileira. Publicada em *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira*, o texto foi incluído pelo poeta no rol de artigos e discursos (denominado por ele de “campanha luso-brasileira”) que escreveu e pronunciou sobre as relações entre o Brasil e Portugal. No discurso, João de Barros realçou a coerência de João do Rio que, desde 1908, em diversos artigos, livros e conferências, vinha dando consistência à aproximação luso-brasileira. O trecho é longo, mas vale a pena ser destacado pela importância do registro sobre a atuação de João do Rio para as relações entre o Brasil e Portugal no início do século XX:

sejamos justos. Nesta hora em que a aproximação luso-brasileira começa a tornar-se um fato, e em que tanta gente parece querer tomar para si a honra e a vitória da causa admirável (...) demos aos portadores da Idéia o que só a eles pertence. Não há, de resto, numa tal atribuição, possíveis ou prováveis competições: - porque de há muito, se mesmo sempre existiram entre o Brasil e Portugal afeto, simpatia, cordialidade de relações, reciprocidade de sentimentos amigos, - o primeiro que tentou e conseguiu dar consistência e consciência a essa

⁵⁴⁸ BARROS, João de. *Portugal, terra do Atlântico*. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1923, p. 125.

⁵⁴⁹ BARROS, João de. *O. cit.*, pp. 173-174.

emoção esparsa e, por assim dizer, indefinida, foi João do Rio, foi Paulo Barreto, crente nos nossos destinos, seguro da nossa vitalidade, apaixonado pela nossa velha e heróica terra lusitana. O primeiro livro brasileiro que ensinou Portugal ao grande povo transatlântico foi um livro de João do Rio, publicado em 1909: *Portugal de agora*. O primeiro escritor que, vindo do Brasil, aqui nos falou do seu país, com larga irradiação entre o público, e nos disse e nos explicou a ternura da sua Pátria pela nossa – foi Paulo Barreto. Quem durante muito tempo, pelos interesses e as aspirações de Portugal, se bateu quase sozinho na imprensa brasileira (excetuando, é claro, os jornalistas de origem portuguesa) foi ainda e sempre João do Rio, como, melhor do que eu, o podem testemunhar os nossos representantes oficiais no Rio de Janeiro. E já não falo em certas páginas suas, entre os quais não deve ser esquecido o maravilhoso prefácio dos *Fados e Canções de Portugal*, em que transborda e se afirma e nos surpreende a sua íntima e comovida compreensão da alma saudosa e aventureira do nosso povo, evocada num estilo de magia, e com um poder de sugestão só dado aos grandes artistas. Insistindo, teimando, porfiando, mostrando no Brasil, deste lado do Atlântico, esse horizonte que é Portugal; desvendando a Portugal, além-mar, esse outro horizonte que é para nós o Brasil. A sua ação como precedeu e adivinhou a ação que teria a guerra para as nações da mesma raça: aproximá-las e solidarizá-las na mesma aspiração do Futuro (...).

Paulo Barreto não é só o vultoso de sensações, o contemplador e evocador de espetáculos e de cenários. É também um suscitador de idéias, um animador do pensamento, uma força de crença e um semeador de certezas. Nele, a inteligência é tão vasta como a sensibilidade. E, por isso, o mundo de hoje (...) passa, grita, chora ou esplendorosamente se afirma na sua obra vastíssima. Os problemas do momento e os problemas eternos prendem-lhe igualmente a atenção, e igualmente o emocionam. Mas a sua concepção épica da vida é cada vez mais profunda – e sente-se que o impele cada vez mais para a atitude, que já hoje todos no Brasil lhe reconhecem e aceitam, de condutor espiritual da geração nova de sua Pátria.

O livro de que falo “Adiante”, documenta inegavelmente esta maneira de ver. Uma delicada e viva emoção, uma eloquência nítida e persuasiva, um esclarecido culto de civismo luso-brasileiro (...). Intérprete da nacionalidade, Paulo Barreto diz-nos mais neste volume sincero, do seu país e da sua gente, do que mil enfadonhas dissertações e mil pretensiosas estatísticas.⁵⁵⁰

No texto, João de Barros faz um breve levantamento das obras e da relevância de João do Rio para as relações luso-brasileiras, e concede mesmo ao amigo o título de precursor da amizade entre as duas nações, apontando João do Rio como “o primeiro que tentou e conseguiu dar consistência e consciência a essa emoção esparsa e, por assim dizer, indefinida”. Mas o próprio João de Barros se encarregaria de sedimentar e ampliar o esforço do cronista brasileiro. Lembramos que o poeta e pedagogo designou como “campanha luso-brasileira” uma série de obras que publicou sobre o Brasil e a aproximação luso-brasileira ao longo de 34 anos.

⁵⁵⁰ BARROS, João de. *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira*. Lisboa: Livraria Profissional Editora, 1919, pp. 55-60.

João de Barros incluiu nesse conjunto *A energia brasileira* (1913), *Caminho da Atlântida* (1919), *A aproximação luso-brasileira e a paz* (1919), *Sentido do Atlântico* (1921), *Heróis portugueses no Brasil* (1922), *Portugal, terra do Atlântico* (1923), *Euclides da Cunha e Olavo Bilac* (1923), *Palavras ao Brasil* (1936), *Alma do Brasil* (1937) e *Presença do Brasil* (1946).⁵⁵¹ No prefácio deste último, o escritor Ribeiro Couto, que assume a cadeira de João do Rio na Academia Brasileira de Letras após a morte do cronista, escreveu:

a verdade, em que pese à efusão amável dos discursos de cortesia em mesas de banquete, é que, quando João de Barros iniciou a sua campanha, a maioria em Portugal não tinha idéia nenhuma do Brasil, mesmo e principalmente nas classes cultas, a não ser idéias falsas e, não raro, caricaturais. A este Lusitano de todos os mares é que devemos o início de uma esclarecida curiosidade, fecunda e fraterna, pelo nosso país; como também a Paulo Barreto, pela mesma época, no Brasil, é que devemos a primeira boa, veemente, constante e eficaz campanha de simpatia pelos Portugueses, vindo a extinguir-se logo depois o ciclo retórico do mata-galego. João de Barros e Paulo Barreto, com as simples palavras que de começo pareceram palavras ao vento, verbiagem de interesseiros ou aduladores, lançaram as bases de tudo que veio mais tarde – e eu ia dizer recentemente. Falar de Portugal e Brasil depois de 1910, nisto de compreensão e solidariedade, aproximação, contra-ofensiva lusófila, futuro da civilização ibérica, sentido do Atlântico ou o que seja, é pronunciar, antes de quaisquer outros, estes dois nomes: Paulo Barreto e João de Barros. Aquele, duas vezes brasileiro, porque, ainda numa época de lusofobias esporádicas e obstinadas, aparentes ou encobertas, compreendeu o que representa para o Brasil o valor e a posição de Portugal no mundo. Este, duas vezes português, porque combateu o vaidoso preconceito reinol, o complexo de superioridade esparso no ambiente português, no segredo da alma de tantos Portugueses (não dos da massa, mas dos finos e dos doutorais); convenceu muita gente do seu país do malicioso erro de pensar que no Brasil não havia verdadeiramente “nem cultura, nem progresso, nem civilização”; indicou os meios de se criar “entre as duas repúblicas a intimidade de relações que a língua, as tradições, os costumes, as sensibilidade e a idêntica inspiração latina das suas civilizações irmãs naturalmente suscitam e impõem.

Observa-se que, assim como havia iniciativas em prol da aproximação em diversos campos de ação (literário, artístico, econômico, diplomático), havia igualmente divergências e preconceitos, de um lado e do outro do Atlântico, e a má vontade persistia em ambos os continentes, mesmo que atenuada em diferentes momentos. Ainda assim, os esforços dos dois “Joões” para a anulação de rugas e desacordos, como também a luta de ambos pela dissipação de reservas e o fim dos

⁵⁵¹ Utilizo na tese apenas as obras nas quais o autor aborda diretamente o tema da aproximação luso-brasileira. Por essa razão, os livros *Heróis portugueses no Brasil* (1922), *Euclides da Cunha e Olavo Bilac* (1923), *Palavras ao Brasil* (1936) e *Alma do Brasil* (1937) são citados, mas não foram utilizados.

ressentimentos, foi de extrema relevância para a aproximação entre os intelectuais dos dois países.

No caso de João de Barros, por exemplo, é possível ainda somar ao grupo de obras que compõem a “campanha luso-brasileira” o livro *Adeus ao Brasil* (publicado postumamente, no qual foram reunidos artigos escritos no *Diário de Lisboa*, de 1946 a 1960, sobre o Brasil) e os dois volumes dedicados às cartas remetidas a ele por escritores portugueses e brasileiros (*Cartas a João de Barros e Cartas Políticas a João de Barros*, publicadas por Manuela de Azevedo),⁵⁵² “freqüentemente motivadas pelo luso-brasileirismo do Destinatário”,⁵⁵³ como afirma Arnaldo Saraiva.

Ainda na opinião de Saraiva, por intermédio da leitura destas cartas é possível imaginar a amplitude dos serviços prestados por João de Barros à causa luso-brasileira e a gama de amizades e relações “brasileiras que incluíram escritores modernistas como Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Graça Aranha, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Jorge de Lima. Estes dois últimos reconheceram mesmo alguma dívida literária a João de Barros”.⁵⁵⁴ Saraiva, em seu amplamente aqui citado *O modernismo brasileiro e o modernismo português* demonstrou a tese de que foi expressiva a relação entre os modernistas portugueses e os modernistas brasileiros, ainda que muitos, como Graça Aranha, expressassem pensamentos antilusitanos, como fruto do desejo de autonomia literária e de imersão profunda numa suposta brasilidade.⁵⁵⁵

⁵⁵² Considero estas cartas o grande tesouro da pesquisa. Elas são parte substancial do Espólio (doado pelo Professor Henrique de Barros, filho de João de Barros, à Biblioteca Nacional de Portugal). Segundo a nota introdutória “João de Barros: um espólio epistolar”, escrita por Maria José Marinho e Fátima Lopes, da Biblioteca Nacional de Portugal, as cartas documentam, precisamente, as relações com numerosos escritores brasileiros que, do outro lado do Atlântico, “defendiam o fortalecimento das relações culturais. Num total de 497 autores, 66 são brasileiros, e alguns dos mais volumosos conjuntos de cartas foram enviados por escritores ou diplomatas do Brasil. Tal é, por exemplo, o caso de Cândido de Campos com 509 missivas, Rui Ribeiro Couto com 126, ou João do Rio com 63”. BNP, Esp. N/11.

⁵⁵³ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 92.

⁵⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁵ ALMINO, João. “O diálogo interrompido: as relações literárias entre o Brasil e Portugal”. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Op. cit.*, p. 130.

6.3.

Memória x esquecimento: a reabilitação do nome de João do Rio

Em 1940, em prol da reabilitação da importância de João do Rio para o estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal, João de Barros comentou com pesar no *Diário de Lisboa* a ausência de referências à memória do cronista carioca na grande festa portuguesa. Segundo o poeta, o nome de João do Rio havia sido “lamentavelmente esquecido, em todas as comemorações dos Centenários de Portugal”. Na mesma edição do periódico, Gustavo Barroso, que visitava Portugal, reforçou as palavras de João de Barros. Segundo Barroso, João do Rio dedicou todo o seu esforço e maravilhoso talento à comunhão entre o Brasil e Portugal. Vejamos as palavras de João de Barros e de Gustavo Barroso:

João de Barros:

o nome e a obra de João do Rio – suprema ingratidão! – andam por demais esquecidos dos corações e das inteligências portuguesas. Não duvido, porém, de que serão lembrados, e muito lembrados de futuro, no momento em que delineado o gráfico evolutivo do afeto de Portugal e do Brasil – irmãos pelo sangue, senão pela alma – se comprove, de maneira nítida, que um dos pontos mais altos dessa marcha ascensorial fixou, num passado bem recente, a persistência profética do autor do “Adiante”.

Então se estudará, compreenderá e avaliará tudo o que se deve ao apostolado sincero de João do Rio, ao ímpeto construtivo de sua emoção patriótica, e ao amor sem jaça que dedicou a nossa terra, à nossa cultura mental e à nossa grei. Nada mais importuno de que recordar ao triste egoísmo dos vivos os exemplos e conceitos dos mortos. Mas, também, nada mais iníquo de que não reconhecer os serviços que nos prestaram. Nesta hora de pura e ardente fé luso-brasileira, eu gostaria que a memória de João do Rio a todos merecesse algumas frases de saudade votiva, aberto à fraternidade da sua e da nossa pátria.

Gustavo Barroso:

mestre incomparável da crônica e do conto, era um admirador dos novos. Opunha aos que negavam, invejavam e caluniavam o seu sorriso civilizado. Soprava essa poeira de incompreensão e da maldade com o fumo de seu charuto. Jornalista em tudo e por tudo, vivia do jornal e para o jornal com um dinamismo raro e uma dedicação admirável. Morreu no exercício da profissão. Seu enterro saiu do seu jornal.

Na verdade, ninguém melhor compreendeu a natural necessidade duma comunhão de sentimento e de espírito – e maior ainda – entre o Brasil e Portugal. Dedicou a essa obra todo o seu esforço e todo o seu maravilhoso talento.

Lembro-me bem do que sofreu por isso. Chamavam-lhe uns o “português honorário”. Diziam outros que seu jornal “A Pátria” era “A Pátria Portuguesa”. Foi num tempo em que a triste questão dos poveiros envenenava muita gente e em que os interessados ocultos no afastamento de Portugal e do Brasil e vice-versa assopravam da sombra os fogachos dum jacobinismo sem razão de ser.

João do Rio sorria dos ápodos e das ameaças, continuando a bater-se pelo mesmo ideal.

As comovidas palavras evocativas de João de Barros sobre o nosso amigo, precursor da aproximação luso-brasileira, fizeram-me sair da minha habitual discrição para deixar nestas linhas um preito de saudade e de admiração por aquele espírito fino, elegante e combativo, como a lâmina dum espadim fidalgo esgrimista da “verve” e da ironia e, ao mesmo tempo, sentimental e capaz de esposar as causas nobres. É possível que o tenham esquecido.

Tais depoimentos, publicados no periódico da capital portuguesa, foram transcritos por Cândido de Campos em *A Notícia*. Segundo Campos, as palavras dos amigos de João do Rio e os protestos pela ausência de referências ao nome do cronista em momento de festa e de celebração entre Portugal e o Brasil, impeliram-no a publicar um inquérito com aqueles que conviveram com João do Rio e conheceram de perto a sua obra e a sua dedicação à aproximação luso-brasileira.

Vale ressaltar que anos antes destes dois episódios determinantes para a reabilitação de João do Rio e a associação do nome dele à aproximação entre o Brasil e Portugal, Cândido de Campos escreveu uma interessante carta a João de Barros. No texto, de 7 de março de 1934, divide com o amigo a saudade que ambos sentiam do cronista carioca e encoraja o poeta a não arrefecer nos esforços pela aproximação entre os dois países. A carta é, inclusive, um alerta para a força da penetração de produtos espanhóis e italianos no mercado varejista do Rio de Janeiro e a pouca atenção da colônia portuguesa no Brasil a tal fato:

Meu querido João de Barros,

A tua carta, hoje recebida, deu-me uma grande alegria e tanto me fez recordar o nosso Paulo, que ambos não esquecemos.

Passei bem longos momentos pensando em dias alegres que já vão longe, e a figura do amigo comum, da época da conquista, dos sonhos cor de rosa, se passou junto a mim como se lesse também a tua carta...

Estou de pleno acordo com o que desejas. Aceito jubiloso a tua proposta: podes mandar os artigos que quiseses e espero que deixes de cerimônias escusadas entre nós e marques preço (...).

Há muita coisa que um escritor e jornalista como tu és poderia fazer. Coisas práticas, até mesmo em bem dos dois países.

É preciso agitar os intercâmbios do que for. Tudo interessa. Tudo ainda está por ser realizado. Não há continuidade de ação, não há concentração de esforços. Nós somos um povo de dispersivos e palradores.

Basta que te diga: o interesse que a própria colônia deveria aqui ter por Portugal, diminui a olhos vistos. E grave, mas é verdade.

As exportações portuguesas para o Brasil diminuem de ano para ano. Tenho aqui as estatísticas.

As grandes casas lusitanas já não dão preferência aos produtos daí, e os espanhóis e italianos vão entrando no mercado, apesar de inferiores e mais caros.

A Exposição de Portugal no Centenário foi brilhante mas faltou um espírito prático a dirigi-la.

(...)

Também, quando te aprover, estás autorizado a aceitar artigos de outros escritores cujos nomes queira lançar ou introduzir no Brasil, artigos que também pagarei aquilo que determinares. Parece que estamos entendidos. Mãos à obra, João!

Teu velho e leal amigo,
Cândido de Campos⁵⁵⁶

A palavra de ordem de Cândido de Campos ao amigo João de Barros “mãos à obras, João!”, dá o tom da missão. A “presença” portuguesa no cotidiano da capital sem dúvida se esvaía, e tal percepção exigia dos intelectuais dos dois lados do Atlântico, interessados na manutenção de laços de amizade e fraternidade, ações pontuais que impedissem o afastamento. Além disso, o momento demandava, diante dos fatos, que ambos se esforçassem para trazer o nome de João do Rio à pauta das relações luso-brasileiras. Sendo assim, o apelo de Campos, em 1934, pode ter impulsionado João de Barros e Gustavo Barroso a “protestarem”, em 1940, contra o esquecimento de João do Rio nas festas centenárias. O protesto, então, serviu como “gancho” para que o diretor de *A Notícia* realizasse o inquérito sobre João do Rio. Sendo assim, escolhidos os entrevistados (Edmundo da Luz Pinto, Austregésilo de Athayde, Ribeiro Couto, Jarbas de Carvalho, Carlos Maul, Guedes de Amorim, Luiz Edmundo, Augusto Frederico Schmidt, Abadie Faria Rosa e Herbert Moses), as entrevistas, das quais recortou-se os trechos mais expressivos, ocuparam dez edições, publicadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1941. Segue abaixo cada uma delas:

Edmundo da Luz Pinto, diplomata e escritor:

com as suas constantes viagens à Europa, porém, Paulo Barreto, ganhando universalidade no seu requintado espírito literário, acrescentou-lhe uma preocupação forte pela vida pública, levando-o a opinar frequentemente em administração e política, como escritor e jornalista. É a última fase da sua brilhantíssima carreira, quando, cheio de títulos e condecorações, sinceramente confessava sua maior aspiração era ser Embaixador do Brasil em Portugal para servir a causa que considerava principal no momento: a união espiritual e racial com a antiga e gloriosa mãe pátria. Havia nesse tempo muitos remanescentes de jacobinismo, retardatárias mentalidades dos idos do “mata-galego” que em 1919 e 1920 ainda estavam em 1831. Mas, Paulo os enfrentou a todos, reduzindo-os. É

⁵⁵⁶ BNP, Esp. N/11.

que há vinte anos passados, aquele grande espírito já havia compreendido que Portugal, com a sua presença geográfica em quatro continentes e o Brasil, criação americana do gênio português, destinado a ser uma das mais ecumênicas e influentes nações do globo, deviam se entender e aproximar para cada vez mais, com a mesma raça, a mesma religião e a mesma língua, serem um baluarte da civilização latina e cristã constantemente ameaçada de se subverter ou mesmo se extinguir, tragada pela violência do paganismo remanescente.

“Confederação luso-brasileira”, “a mesma alma em dois países”, o “Atlântico um estrada espiritual unindo ao invés de separar”. Esse era o nobre pensamento de Paulo Barreto em relação a Portugal e o Brasil. Bem sei que a confederação no sentido político é uma utopia. Mas estive, há pouco, cerca de quatro meses em Portugal e jamais me esquecerei da ternura, do carinho, da franqueza, com que os brasileiros fomos tratados.

A política emigratória que tão acertadamente segue o atual governo em relação a Portugal e aos portugueses, que evidentemente não devem ser considerados entre nós como estrangeiros, foi, há vinte anos passados, pregada por Paulo Barreto por entre ápodos, ironias e invejas. Foi para defendê-la que ele fundou “A Pátria” como órgão vibrante da confraternização brasileiro-lusitana.

A morte, que lhe veio em plena tarde da vida, não permitiu que Paulo Barreto gozasse o triunfo do seu bom combate. Mas, é com a morte, mais às vezes do que com a vida, que tudo principia. São raros os que hoje não pensam como ele pensava, no tocante às nossas relações com Portugal. As suas idéias estão sendo executadas pelo governo com aplauso cloroso do povo.

Austregésilo de Athayde, diretor do *Diário da Noite*:

hoje está na moda, é bem aceito, não desmerece, antes acrescenta, ser-se lusófilo, proclamar os merecimentos da gente portuguesa no descobrimento e colonização do Brasil. Proclama-se hoje, até com vaidade, o imenso papel lusitano na conservação da integridade imperial do Brasil, nesse considerado milagre da unidade de raça, língua e religião, oriundo dos métodos políticos da metrópole portuguesa. Mas no tempo de Paulo Barreto, há apenas vinte anos, quando eu começava a minha vida de imprensa, na ficava bem defender-se Portugal e quem o fizesse, como aquele grande homem, teria de responder perante a opinião xenófoba, cuja intransigência se manifestava de formas perigosas, inclusive a agressão pessoal.

Paulo Barreto batia-se por uma união confederacionista do Brasil. Portugal e seu império, dos povos de língua portuguesa no mundo. Assim, antecipava-se a uma das mais profundas e reais tendências do nosso século, expressa na cooperação racial, que tem o seu exemplo típico na solidariedade anglo-americana e na organização do pan-germanismo na Europa.

Através de Portugal, poderemos projetar-nos na África e na Ásia, formando mercados tanto para os produtos do comércio material como do espírito. Formaríamos um Império, seguindo, em importância, ao Império Britânico, e lograríamos, assim, uma influência sensível no desenvolvimento da política universal e nos interesses materiais das nações.

Quem previu esse panorama dilatado da nossa potência civilizadora no mundo foi Paulo Barreto, batalhando, sofrendo, morrendo pela aproximação política de Brasil e Portugal. E, no entanto, numa hora de esplendor, quando esses ideais amadureceram, os espíritos estão convencidos e celebra-se o apogeu desse entendimento, que falta apenas tomar a forma escrita para cobrir uma poderosa realidade em marcha, esquece-se o nome o principal apóstolo e não se diz uma única palavra em abono dos seus méritos e testemunho da sua glória.

Ribeiro Couto, ocupante da cadeira que pertenceu a João do Rio, na Academia Brasileira de Letras. Couto foi amigo pessoal de João do Rio, com quem colaborou na fundação de *A Pátria*:

o destino dos verdadeiros precursores de uma obra é quase sempre o esquecimento. Não importa: o que conta é a vitória dessa obra. Paulo Barreto era essencialmente um espírito de ação: se fosse vivo, dar-se-ia por pago com o espetáculo das comemorações centenárias, onde tão viva se manifestou a comunhão de alma dos dois povos.

Fui companheiro de João do Rio na fundação da “Pátria”. Só então o conheci pessoalmente. No meu discurso de posse na Academia (onde por capricho do destino vim a ocupar a cadeira do mestre), já me referi ao livro que ele, segundo me confiava, pretendia consagrar a Lisboa: chamar-se-ia “A sonata de Lisboa ao luar”.

“A conversa de João do Rio, quando ele estava disposto, era um deslumbrante fogo de artifício. Mais de uma vez ouvi-o descrever os velhos bairros lisboetas, a mouraria e Alfama; as festas populares; a vida dos marinheiros do Tejo. Nunca encontrei ninguém que tivesse, como ele, um sentimento tão profundo das riquezas espirituais do povo português, e muito menos quem melhor de que ele exprimissem o que há de pitoresco, de típico, de original na vida portuguesa.

Jarbas de Carvalho, companheiro de Paulo Barreto em *O Paiz*:

o nosso sempre querido João de Barros fez bem em levantar um elegante protesto em Lisboa, pelo esquecimento de João do Rio nas festas centenárias do Mundo Lusitano. Sem dúvida que essa amizade das duas nações tem sido cambiantes – o que é natural entre gente de intimidade. Porém, há mais de vinte e cinco anos ela atravessou uma crise séria – e foi justamente nesse momento que o ilustre autor da alma encantadora das ruas se pôs desassombadamente em defesa do sentimento amistoso que deveria presidir as relações entre o Brasil e Portugal.

Essa atitude de João do Rio lhe trouxe muitos dissabores – porque muitos dos dirigentes desse combate à ação dos portugueses em nossa terra estavam convencidos de que o delicioso cronista procurava explorar a colônia rica em seu proveito.

Era, no entanto, uma injustiça, porque Paulo Barreto foi absolutamente sincero e desinteressado. O que o fez profundamente lusófilo não foram as possibilidades da próspera colônia do Rio de Janeiro, mas o contato direto com a intelectualidade portuguesa, em sua metrópole.

Muitas vezes conversamos longamente. Confesso que estava, então, um tanto inclinado a apoiar o movimento antilusitano. É que alguns portugueses – que não pertenciam, aliás, ao honrado comércio aqui radicado, mas ao grupo de intelectuais imigrados, como Motta Assumpção – tentaram mostrar-se arrogantes e tornaram-se inconvenientes. A sinceridade de João do Rio, entretanto, era comovente. Ele dava àqueles incidentes uma significação diferente da que lhes davam os rapazes agitados, e explicava que o que o português praticava, as atitudes que nós considerávamos insolência, nada mais eram que confiança de membros da mesma família. Que o português vivia no Brasil como se vivesse em Portugal – e nunca se julgou propriamente estrangeiro.

Houve mesmo um momento em que João do Rio, apesar da sua evidente brandura, me deu a impressão de que era muito malquisto. Não o poupavam.

Pode-se menosprezar, por mero espírito inconoclasta, a obra literária de João do Rio – e ela é brilhante e original. Mas, impossível seria negar o valor decisivo de sua atitude precursora no caminho de uma aproximação – que afinal se verifica – forte e definitiva entre o Brasil e Portugal.

Carlos Maul, jornalista, foi presidente da Confederação Geral de Pescadores do Brasil e membro da Ação Social Nacionalista (ASN):

eu conheci João do Rio em 1909, na direção da “Gazeta de Notícias”. Estimei-o pela acolhida que me deu, pelos aplausos com que me prestigiou no começo de minha literatura. Fizemo-nos amigos. Pude ver de perto como trabalhava o formidável operário da inteligência, o reabilitador da crônica urbana, cheio de curiosidade pelos mistérios citadinos, o carioca autêntico, simples, fino, educado, hospitaleiro, um civilizado, em suma. Desse conhecimento mais íntimo resultou a revelação da sua verdadeira personalidade: apesar das suas leituras francesas, das suas viagens, ele não foi um “deraciné”. Era brasileiro, vigorosamente brasileiro, amava a sua terra e nesta, a sua cidade, com os seus deslumbramentos e com a obra humana a dar realce à originalidade virgem da natureza.

Lembrá-lo também pelo que ele trabalhou para que Brasil e Portugal se compreendessem acima de melindres e suscetibilidades arrepiadas, vale por um ato de penitência pelo esquecimento em que teria ficado o seu nome nas festas comemorativas dos centenários

Os portugueses da estirpe de João de Barros, que pode sentir o Brasil bem de perto da sua alma da lusíada, têm por João do Rio qualquer coisa de profundo e eterno nos seus sentimentos e a esses cabe não deixar apagar-se a lâmpada votiva. Os brasileiros, por seu turno, vêem nele o compatriota que ao lançar-se numa campanha de bom entendimento internacional, não precisou abdicar das suas virtudes de brasileiro.

Recordemos o nome e a obra desse poeta que num mundo de mercenários e de feras foi uma cigarra a cantar a amizade, a fraternidade, e rebentou como as cigarras na hora da plenitude do seu canto magnífico”.

Nem os brasileiros, nem os portugueses, deram ainda a essa memória preclara o que teriam obrigação de dar em ternura, em lembrança constante.

Guedes de Amorim, escritor português, citado em artigo escrito para *A Notícia* por Mario Monteiro:

de fato, foi Guedes de Amorim, o autor da “Bailarina Negra”, “Morphina” e “Mulher do próximo”, além de várias outras novelas, que alvitrou, em uma crônica do “Século Ilustrado”, um monumento, em Lisboa, à memória de João do Rio, como pagamento de uma dívida sagrada aos “brasileiros de Portugal”.

Guedes de Amorim evocou Paulo Barreto “nosso irmão e nosso excepcional amigo”, aproveitando as festas centenárias, escolheu o nome de “João do Rio” porque – “pela firma e honrada isenção que pôs sempre nos espontâneos e constantes tributos que nos consagrou ficou sendo o verdadeiro mestre da compreensiva amizade de portugueses e brasileiros.”

E, para que todos saibam que a idéia do jovem e consagrado escritor português Guedes de Amorim, evocando Paulo Barreto, teve o cunho da máxima sinceridade, julgamos oportuno este momento para divulgarmos pela *A Notícia*, que tanto prezamos, estas palavras, que o premiado autor da “Aldeia das Águias” nos confiara, dois anos antes: - “Todos os intelectuais portugueses, no século XX,

têm a obrigação de fazer uma viagem ao Brasil, em saudação aos seus camaradas de espírito, e para, “in loco”, estudarem essa imensa terra e seus originais costumes, que, ao mundo, está a dar uma grande e gloriosa literatura.”

Luiz Edmundo, cronista lusófono, recordou a trajetória de João do Rio na literatura, evitando falar sobre relações luso-brasileiras:

olho de novo para trás e de novo o revejo, em pleno fulgor da glória, uns vinte anos depois. Já entrou na Academia. Já é dono de um jornal. Veste em Londres. Não fuma mais charutos de tostão... Fez-se vibrante panfletário. Assumiu atitudes. Seu jornal é um jornal de combate. Cresceu, agigantou-se.

Dominou... Sem abandonar o jornalismo, fez-se um homem de letras, cujos livros são lidos e relidos pelo país inteiro. Contudo não é feliz. Cria desafetos. A serpe da calúnia morde-lhe a reputação. Ele próprio confessa, pouco antes de morrer, melancolicamente, a malquerença de muitos deles, que viviam a exaltar seus dotes literários e que passaram de surpresa a magoá-lo e a persegui-lo. Não se abate, porém. Fuma mais um charuto. Estréia mais cinco ternos que lhe corta o Brandão. Manda fazer um palacete, para as bandas, ainda ermas e esquecidas, do bairro de Ipanema. E, quando menos se espera esta notícia horrível: - João do Rio morreu, dentro de um táxi de praça, na altura do Catete.

Houve – que eu me recorde – no Rio de Janeiro, três grandes, três estrondosos funerais: o de Floriano Peixoto, o maior de todos, o do Barão do Rio Branco e o de João do Rio.

Passam-se mais vinte anos. Vinte anos! Como o tempo corre! E não se fala mais em João do Rio. Por quê? Melhor é não responder a essa pergunta dolorosa. E esperar mais um pouco.

Historiadores e sociólogos, na obra de João do Rio encontrareis um manancial precioso para vossos estudos e pesquisas.

Chamam-no o cronista da cidade. É pouco. Cronista do Brasil, isso sim e sem o menor favor.

Augusto Frederico Schmidt, poeta:

Não conheci João do Rio. Quando ele morreu ainda era eu menino de colégio. Lembro-me, apenas, de ter enviado então na qualidade de membro de um Grêmio Literário, pêsames à Academia Brasileira, por essa perda. Lembro-me também que Paulo Barreto não nos era, a nós, meninos curiosos de coisas literárias, lá muito simpático, pela sua campanha a favor de Portugal, pelo seu lusofilismo militante.

Mais tarde, somente, é que pude julgar com precisão o valor de Paulo Barreto, cronista, escritor de teatro, contista e principalmente jornalista e defensor de certas idéias.

A campanha contra o jacobinismo lusófono, a compreensão do nosso dever de amar Portugal, a vitória de certas idéias hoje pacíficas e correntes, a respeito da necessidade de afirmarmos o que devemos a Portugal e o quanto somos nós mesmos portugueses, pela herança de certas qualidades fundamentais da nossa psicologia de povo, tudo isso encontrou em João do Rio o seu primeiro defensor, e de uma certa maneira o seu primeiro mártir. Digo mártir, porque o autor de “A bela Madame Vargas” passou a ser o alvo das maiores agressões, insultos e a recolher, como prêmio da sua campanha, uma certa impopularidade que chegava, como disse eu acima, até nós ainda na idade escolar.

Se ressuscitasse hoje, Paulo Barreto sentiria, ao mesmo tempo, melancolia de ter sido esquecido numa hora de vitória suprema da sua campanha – de união luso-brasileira – e o consolo de sentir que não trabalhara em vão. Que a sua voz não se dirigia apenas aos peixes e às árvores. Das elites às classes populares, a convicção de que o sentido da nossa civilização é fundamentalmente luso-brasileira, é algo de indiscutível, reconhecido como a própria realidade.

Paulo Barreto não desejaria outra coisa. Do ponto de vista do espírito, então, a recompensa do escritor e jornalista brasileiro não poderia ser maior. Onde estão os que o atacavam e agrediam, onde estão os lusófobos? Todos esquecidos, na irrealidade das doutrinas que pregavam, e, com os ressentimentos que procuravam avivar, incompatíveis com a generosidade da alma brasileira.

A não afirmação de Paulo Barreto empobreceu bem mais as grandes festas do duplo centenário de Portugal do que propriamente a memória do admirável cronista da nossa cidade. De resto, não terá sido tão grande o silêncio em torno de João do Rio, os portugueses que não tiveram voz nesses festejos oficiais – de certo comemoraram silenciosamente a figura de quem esteve nas rudes canseiras, quando a terra das relações luso-brasileiras era ainda inóspita, e era preciso ainda lavrar e em seguida lançar as primeiras sementes.

Abadie Faria Rosa, jornalista e teatrólogo:

durante doze anos convivi com João do Rio. Trabalhei nos jornais de sua direção, fui secretário de folhas que fundou. É uma reminiscência que não se apaga na minha memória. Misto de reconhecimento e admiração. Depois de meu pai, que realizou todos os meus sonhos, devo a João do Rio tudo o que fez para que essa realização não fenecesse.

Era bom e sincero, integralmente sincero. Tinha uma afeição especial para com os pequenos, os humildes, os necessitados. Não houve movimento jornalístico seu que não viesse do coração, que não atendesse a um brado de justa revolta, ou a um anseio de justiça ou a um grito de peito oprimido. Quando foi da campanha pró-amizade luso-brasileira era de ver o destemor, a lealdade, o patriotismo com que reafirmou e cimentou os liames da raça, cujos alicerces ele temia que se diluíssem ante um mal compreendido excesso de brasilidade.

Não conhecia ninguém como ele na distribuição de dádivas que o seu talento prodigioso prodigalizava. Era o advogado sem interesse pela remuneração. Amigo do seu amigo, ia ao sacrifício nas suas dedicações. Perdoem-me se, ao evocar o seu nome, a sua obra, a sua ação, nesta enquete de carinho e de saudade com que Cândido Campos relembra a vida brilhante de Paulo Barreto, venha eu, para melhor esmaltar-lhe as virtudes e os talentos, falar em mim, quando só a ele deveria exaltar e reverenciar, a ele que era como o sol: - iluminava e ofuscava.

Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI):

talvez por formação, talvez por consigüinidade, foi sempre um grande amigo de Portugal e dos portugueses. Compreendia, embora muito brasileiro, que a língua, a religião, as tradições e o sentimento, só podiam estreitar, numa cadeia permanente, os filhos das duas Pátrias, cabendo-lhes marchar na comunhão de idéias capazes de sustentar a unidade da raça e elevar as glórias que, em certo tempo, se confundiram, porque eram uma só. Daí, a justiça que se deve fazer a Paulo Barreto, em qualquer grande manifestação onde se rememorem feitos da gente lusa. Como artista, Paulo Barreto vivia também dentro de um sonho, que

alimentou até o final da vida e que fez vibrar sempre o seu coração. Esse sonho, vimo-lo realizado quando o Brasil e Portugal, mãos dadas, festejavam os Centenários.

Os dez extensos e valiosos depoimentos – doze se somados os de João de Barros e Gustavo Barroso –, reafirmam a relevância de João do Rio para o afinamento das relações entre o Brasil e Portugal e confirmam que parte expressiva de sua carreira foi dedicada a este ideal. Nota-se que mesmo os que participaram ativamente do movimento nacionalista em sua vertente mais radical, como também os lusófbos, reconheceram a importância da obra de João do Rio para a amizade entre o Brasil e Portugal. Como afirmou Augusto Frederico Schmidt, perdeu mais Portugal em não citar o nome de João do Rio nas Comemorações Centenárias do que propriamente o negligenciado, que talvez, se vivo, não coadunaria com os governos autoritários do Brasil e também de Portugal. Mas o que se tratou nestes depoimentos foi, sem dúvida, menos o esquecimento do que a importância de João do Rio para a propagação do tão acalentado “abraço espiritual” entre as duas repúblicas.

6.4. João do Rio: contra a pregação antilusitana, o patriotismo

O que estes homens realçaram – tanto a queixa de João de Barros e de Gustavo Barroso, como a iniciativa de Cândido de Campos, somada aos longos depoimentos dos entrevistados no inquérito – foi a presença e a atualidade, não a ausência de João do Rio. O esforço de Paulo Barreto pelo estreitamento de laços, que salvaguardasse a autonomia e fortalecesse o desempenho dos dois países no cenário internacional, que realçasse a originalidade de uma comunidade entre o povo brasileiro e o povo português pautada na língua e nas tradições comuns, foi valorizado. Porém, em momento de celebração da independência do país, em que se tornava importante destacar “o mundo português”, Paulo Barreto era esquecido.

Pode-se avaliar o esquecimento, de que se ressentiram naturalmente os amigos, não como sinônimo de ingratidão ou sinal de desprestígio, mas como reflexo do tipo de aproximação que levava João do Rio a propagar e a apoiar o estreitamento de laços com Portugal, movimento que ele mesmo apontou como

iniciado em 1908, quando de sua primeira viagem à Europa. Em outras palavras, seu patriotismo o impelia a amar Portugal e os portugueses, pois pressentia que o Brasil, para fortalecer-se e encontrar sua identidade, não podia negar as origens. Isso o movia, esta era a idéia da qual não abria mão. Deixou bastante clara essa decisão, essa escolha, em diversos discursos, nas páginas dos jornais e nos livros que publicou. Nestas narrativas, combateu o preconceito, negou o radicalismo e acusou os nacionalistas de fazerem mal ao Brasil com sua pregação antilusitana. João de Barros, na coletânea *Portugal, terra do Atlântico*, chama a atenção para a atuação de João do Rio no combate à perseguição aos portugueses no Rio de Janeiro, pobres em sua maioria:

os portugueses humildes, que trabalharam duramente no Rio de Janeiro, conheceram bem essa bondade eficaz. A quantos Paulo Barreto deu o auxílio vigilante da sua proteção ou da sua defesa! Não só a proteção e a defesa pelo jornal e pela conferência, que haviam de atingir a suprema forma de sacrifício na campanha rude que sustentou a propósito do incidente dos poveiros. Mas o amparo de todas as horas, mesmo em pequenos casos da vida corrente. Paulo Barreto era o advogado dos pobres e dos miseráveis: - nenhuma injustiça que os ferisse o deixava indiferente. Batia-se por eles como pela sua Arte! Havia, porém, qualquer coisa mais na sua devoção à nossa terra – havia uma instintiva, uma atávica emoção rácica. ‘Patriotismo, disse Paulo Barreto, nunca foi senão um sentimento dinâmico’. Os portugueses do Rio de Janeiro compreenderam bem essa paixão e souberam agradecer-lha, acompanhando aos milhares o seu enterro, compartilhando da imensa mágoa do Brasil na perda dum dos seus homens mais representativos.⁵⁵⁷

O “patriotismo dinâmico” e a “emoção rácica”⁵⁵⁸ que João de Barros viu no amigo foram também confirmados por Carlos Malheiro Dias, que ressaltou a agressividade e a impavidez de Paulo Barreto na defesa dos portugueses. No prefácio da *Carta aos estudantes portugueses* (publicada em *O Século* e, posteriormente, em livro), dirigida aos jovens de seu país, na qual Malheiro Dias fala “aos que não querem ser cúmplices”, à “geração nascida para a vida consciente em meio das ruínas da tradição e da fé, numa terra lírica brutalizada pelos demagogos”, o escritor protesta contra a ação dos jacobinos, tanto brasileiros como portugueses.

⁵⁵⁷ BARROS, João de. *Portugal, terra do Atlântico*, op. cit., p. 129.

⁵⁵⁸ Em “bilhete” a “um cidadão”, em 11/11/1920, ironiza os jacobinos, que preferiam ter sido colonizados por holandeses, ingleses ou franceses: “parece que a Providência pôs ao norte da América do Sul o francês, o holandês e o inglês nas Guianas, para mostrar a incapacidade colonizadora dessa gente”.

Na opinião de Malheiro Dias, o “pequeno grupo de panfletários” no Brasil em nada se diferenciava dos portugueses que o ofendiam por defender a aproximação luso-brasileira (refere-se na *Carta* a Guedes d’Oliveira, diretor da Escola de Belas Artes da Universidade do Porto, e a Homem de Christo, professor de História na Faculdade de Letras da mesma universidade, que dirigiram insultos a ele na folha *Povo d’Aveiro*). Estes mesmos polemistas jacobinos, segundo Dias, incitavam os portugueses a odiar o Brasil, por conta da campanha nativista impetrada no Rio por “uma minúscula corte” reduzida a um “panfleto semanal sem repercussão na imprensa e na opinião pública” (trata-se da *Gil Blás*). Para Malheiro Dias, a atitude dele, “de português para com os insultadores do Brasil é idêntica a que João do Rio manteve, agressivo e impávido, para com os insultadores de Portugal”. Continua no prefácio da *Carta*:

João do Rio foi arrebatado pela morte no preciso momento em que a indignação e a náusea iam transbordar da sua consciência de patriota contra os que tão ingratamente retribuíam com desabridas ofensas ao Brasil aquela sua intrépida atitude. Tenho diante dos olhos a sua revoltada palidez quando me mostrava um exemplar do *Povo d’Aveiro*, confessando-me que os panfletários portugueses evocavam o desagravo das impertinências nativistas, ultrapassando-as e justificando-as com ofensas tão desmedidas, injúrias recíprocas que conspurcavam duas pátrias inocentes. João do Rio, que os inimigos impiedosamente procuravam malquistar com a opinião pública, retratando-o como um cínico elegante, era um patriota com a veemência lírica de um poeta e a instruída convicção de um crente, que à generosa cruzada empenhara o seu nome e a sua pequena fortuna.⁵⁵⁹

Percebe-se que cerca de 20 anos antes do inquérito de *A Notícia*, no qual os entrevistados reconhecem a coragem, o desprendimento e a tenacidade de João do Rio, Carlos Malheiro Dias já regenerava o nome do brasileiro, enaltecendo a nobreza das ações do cronista carioca em prol da defesa dos portugueses. Nesta “generosa cruzada”, ressalta Dias, João do Rio gastou “seu nome e sua pequena fortuna”. Vale lembrar que, em uma de suas cartas a João de Barros, João do Rio declarou que via esvaírem todas as suas economias em *A Pátria*, que pensava inclusive em vender as casas (a sua e a de sua mãe, em Ipanema), enquanto como colaborador de jornais poderia levantar, facilmente, a quantia de cinco contos mensais, soma vultosa para a época.

⁵⁵⁹ DIAS, Carlos Malheiro. “Aos que não querem ser cúmplices”. *Carta aos estudantes portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora, 1922, pp. II-XII.

De fato, *A Pátria* e a luta contra o governo de Epitácio Pessoa, que João do Rio chamava de incompetente administrativa e politicamente e de irresponsável financeiramente, abalaram seriamente a sua saúde física e emocional. Ainda assim, não atenuou as críticas ao Executivo, mantendo-se firme em suas acusações contra a incapacidade de Epitácio para fazer um bom governo, como observado nos “bilhetes” transcritos no capítulo anterior, e na defesa dos portugueses, contra a onda lusófoba. Notou-se também, pelo depoimento de Augusto Frederico Schmidt, que João do Rio morreu antipatizado por muitos jovens brasileiros, justamente por combater o preconceito contra os lusos. Em “bilhete” ao “bom senso”, por exemplo, dois dias antes de sua morte, João do Rio dirigiu-se à população carioca, alertando-a para os incisivos ataques de Epitácio Pessoa aos portugueses (não deixa de citar o chefe de polícia Geminiano de Franca), procurando deixar claro que se tratava de uma malfadada estratégia política comandada por escusos interesses do chefe do Executivo:

é o caso da crise furiosa de jacobinismo contra portugueses que graças à leviandade balofa do sr. Epitácio e ao cretinismo do macróbio perverso que se chama Geminiano sacudiu durante meses o Brasil. Esse movimento cavatório, exploratório e idiota do Epitácio cidadão que não hesita em caluniar como os jornalistas de quinta ordem. Eu fui mais uma vez para esse califa desprezível tudo quanto pode haver de ruim e a Pátria era vendida, era sustentada por portugueses – para ter as opiniões que eu tenho desde que escrevo em jornais, isto é: há vinte anos!

Epitácio, cavador, explorador e leviano, incorria em uma sucessão de erros e insucessos na condução do governo da República. Segundo João do Rio, em diversos textos não assinados em *A Pátria*, o Executivo, por incapacidade administrativa e financeira e a fim de cobrir o déficit orçamentário, pretendia sobretaxar ainda mais a atividade comercial e industrial, majoritariamente em mãos estrangeiras. De acordo com o cronista, “em rodas parlamentares dizia-se” que “para s. ex., o comércio e a indústria estão, geralmente, em mãos de estrangeiros, para quem não chegou ainda o instante de (...) fazer um pequeno sacrifício para o país que os acolheu e enriqueceu”.⁵⁶⁰

A conduta parcial de Epitácio Pessoa no trato com os estrangeiros confirma o que já haviam denunciado João do Rio e Carlos Malheiro Dias: a

⁵⁶⁰ RIO, João do. “Sr. Tolentino – em Petrópolis”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 9/12/1920.

campanha jacobina era, em grande parte, reflexo da insatisfação de comerciantes brasileiros diante da concorrência econômica e fomentada por jornalistas ressentidos pela presença portuguesa na imprensa. Epitácio, segundo João do Rio, agia em defesa destes interesses, e mesmo para favorecer amigos, como no caso do confisco de 15 toneladas de pescado dos barcos de portugueses que recusavam a naturalização. A medida, adotada pela Superintendência de Alimentação, beneficiava, de acordo com João do Rio, a Companhia Nacional de Pesca, cujo principal acionista, Henrique Lage, era amigo de Epitácio Pessoa. Vejamos o que disse o cronista no “bilhete” sobre este assunto:

toda essa história da pesca resultou espantosamente em detrimento dos pescadores livres e no monopólio de uma Companhia Nacional de Pesca, com o ilustre amigo do presidente Henrique Lage, principal acionista. O nosso truster admirável, com grande patriotismo “adivinhou” a campanha que expulsaria os poveiros pescadores, a campanha de escravização dos pescadores brasileiros, rotulada de Confederação e de Feiras Livres. Naturalmente, “adivinhandos”, mandou preparar com tempo navios que foram pescar na altura de Abrolhos, e estaria, logo depois da campanha, capaz de fornecer só ele peixe barato e nacionalizado ao carioca ictiófago, (...) falcatrua que teria cadeia se não fosse feita pelo governo. Nesta questão da pesca, eu sou pelos pescadores, e vejo que os coitados vão ser esmagados, transformados em colônia e depois em mariscos (...) para engrossar o sindicato poderoso, nacionalizador da pesca. É um processo de ser patriota e brasileiro muito engraçado. O peixe da Companhia tem que ir para a pilhéria das feiras livres também. Mesmo porque ali entrarão os agentes da Prefeitura, proibindo que se envenene a população com o peixe que veio dos Abrolhos – podre.

João do Rio, sem meias palavras, denuncia a corrupção a que chegara a política nacional, acusando violentamente o Executivo de favorecimento ilícito e de incentivo à monopolização da atividade pesqueira. Esse “bilhete” foi dirigido diretamente ao chefe da Superintendência de Alimentação (ironicamente chamada por ele de Superintendência de “Desalimentação”), Dulphe Pinheiro Machado, criada no governo de Epitácio Pessoa. Nota-se que ele não defende somente os poveiros expulsos pela obrigatoriedade da naturalização, mas todos os pescadores livres que passavam, com a nacionalização dos serviços da pesca, a submeter-se aos sindicatos, ou seja, às confederações de pescadores criadas após a missão do cruzador José Bonifácio, sob o comando de Frederico Villar. Para João do Rio, “o sindicato poderoso”, de fato o agente da nacionalização da pesca, escamoteava a “guerra” travada na alta esfera da atividade pesqueira, revestindo-a com o argumento da defesa da pátria, como apontou o cronista, em “um processo de ser

patriota e brasileiro muito engraçado”. Sugere então que o peixe da companhia de Henrique Lage tivesse o mesmo destino dos pescados recolhidos pelos pescadores, ou seja, as feiras livres. Mas a Superintendência, que obrigava os pescadores a venderem o pescado nestas feiras, não exigia o mesmo da companhia de Henrique Lage.

Acusações sérias como esta eram feitas diariamente pelo cronista. *A Pátria*, sem dúvida, era a voz da oposição. A “guerra” do peixe chegou inclusive a Afonso Celso, presidente da ASN (da qual eram membros Carlos Maul, presidente da Confederação Geral de Pescadores do Brasil e Antônio Torres, entre outros). Criticando os lemas dos nacionalistas “O Brasil para os brasileiros!” e da ASN “Nacionalismo ou morte!”, João do Rio acusa a todos de propagar um nacionalismo parcial, agressivo quando dirigido aos portugueses, conivente com os interesses de Epiácio Pessoa, que concedia privilégios aos norte-americanos e aos franceses (em questões comerciais e diplomáticas). Questiona Afonso Celso e o nacionalismo que dizia pregar, uma vez que a organização dos serviços da pesca prejudicava os pescadores brasileiros: “ora, precisamente agora é que, parece-me, V. Ex., precisa provar de que natureza é esse seu nacionalismo e de que natureza é o nacionalismo dos “protetores” dos pescadores brasileiros”.⁵⁶¹

Em último artigo, escrito e publicado no dia de sua morte, dirige-se ao vice-embaixador Frederico Castelo Branco Clark, então em Paris. Nele, critica mais uma vez a gestão de Epiácio, que levava o país à ruína. A crítica ao Executivo alcança também os ministros do governo de Epiácio. Em outras palavras, encerrava, sem o saber, sua carreira, brandindo fervorosamente contra aqueles os quais julgava perniciosos ao país, que levavam o Brasil à bancarrota, que deixavam os brasileiros inquietos, amargos, convulsos e inseguros quanto ao futuro. Achincalha Epiácio Pessoa, bem como os que o cercavam. Na mesma edição, critica em artigo não assinado o projeto de nacionalização da Marinha, segundo o qual só seriam admitidos nas embarcações nacionais brasileiros natos. Segue, abaixo, na íntegra, o último artigo de João do Rio, assim como foi publicado na sessão “Bilhete” de *A Pátria*, em 23 de junho de 1921:

pergunta V., meu caro Clark, como vamos de Rio de Janeiro? É a amável pergunta dos diplomatas que estão com o Oscar de Carvalho Azevedo em Paris preparando com o marechal Foch as festas de 15 de novembro na Ópera. E para ser amável, eu diria:

⁵⁶¹ RIO, João do. “Ao conde Afonso Celso”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 4/3/1921.

- Não tão bem como você, Clark.

Porque a verdade é que não se pode ir pior.

Imagine V. que antigamente havia uma coisa que se chamava câmbio e permitia que as libras custassem 16\$ e o dólar não chegasse a 3\$500. Hoje não há mais câmbio, a libra custa os olhos da cara e o dólar é de 9\$ para cima.

Devemos isso a uma aposta do venerável Epitácio, que quer provar de como se leva um país à ruína sem para isso ser preciso saber finanças.

Assim os preços parecem titãs bêbados. Um jantar derreia um homem e um fato custa 450\$.

Também antigamente havia higiene. Agora a repartição aumentou, não há mais açucareiros e sim pulverizadores de açúcar. Os varejistas são multados militarmente. Em compensação as epidemias voltam a ser endemias e o diretor da Higiene vai passear à América.

Outra coisa que havia no seu tempo era dinheiro. Agora, o Epitácio gastou-o ou escondeu-o de tal modo que, um pouco de miolo mole, quando alguém dele se acerca, logo o homem indaga:

- Onde está o dinheiro?

Quando V. ainda não tinha ido para Paris, roubando aos seus camaradas do Itamaraty a sua tão delicada convivência, os brasileiros andavam todos sem saber onde iam, mas satisfeitos, tranquilos. Agora continuamos a pouco querer saber onde vamos, mas, com uma diferença: é que vamos inquietos, amargos, convulsos, enfim – “epitaçados”.

Se V., meu claro Clark, saltando nesta cidade de ouro, que inspirou um poeta de muito talento, o Murilo de Araújo, resolvesse a quantos encontrasse fazer a pergunta:

- Está você contente?

Eu apostaria a minha vida (dois anos ainda, se houver muito cuidado, segundo o Rocha Vaz, o Austregésilo, o Gilberto Moura Costa e outras sumidades) contra dois tostões de como V., Clark, não encontraria ninguém que se mostrasse satisfeito.

Devemos tal estado de coisas ao Topete Funesto, ao velho Silva Pessoa inválido do Tribunal e frenético oradorzinho do Catete.

E para mostrar-lhe de como o vendaval da insânia varre a cidade: toda gente fala do Centenário, há mil projetos a executar; mas enquanto aí em Paris para festejar o nosso 15 de novembro na Ópera, os brasileiros gastam seis meses de trabalho, para o Centenário faltam 15 meses e ainda não se deu um passo.

Envio-lhe lembranças do Itamaraty. Os funcionários agonizam quase todos de azevedorite marqueteana ou seja – gripe cretinal.

Ex corde

João do Rio⁵⁶²

João do Rio não poupa críticas a Epitácio, a quem chama de “Topete Funesto”, “Silva Pessoa” e “oradorzinho do Catete”. A má administração desvalorizava a moeda nacional frente ao dólar e à libra e aumentava o custo de vida na capital, onde fazer uma refeição, ou mesmo comprar um terno (utiliza a palavra “fato”, como dizem os portugueses), se tornava cada vez mais oneroso aos cidadãos. Critica inclusive as medidas austeras de higiene impingidas ao comércio

⁵⁶² RIO, João do. “Ao vice-embaixador Clark”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 23/06/1921.

varejista pelo chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública, o médico e cientista Carlos Chagas. Estavam todos, diz com ironia, “epitaçados”, desgraçados pela incompetência de Epitácio Pessoa.

Por fim, aposta o pouco tempo de vida que ainda lhe restava – “contra dois tostões” –, como seria impossível encontrar alguém satisfeito no Rio de Janeiro diante do “vendaval de insânia” que varria a cidade, que ainda não se preparava convenientemente para o Centenário da Independência. Por fim, manda lembranças ao vice-embaixador Clark dos funcionários do Itamaraty, que agonizavam de “gripe cretinal” causada por “azevedorite marquetiana”, ou seja, que sofriam com a incompetência de seu chefe, o ministro das Relações Exteriores, José Manuel de Azevedo Marques. João do Rio critica a lentidão do ministério nos preparativos para o Centenário, em função do qual aconteceria a Exposição Internacional de 22 e o Rio de Janeiro receberia a visita de António José de Almeida, presidente de Portugal. Também é possível supor que criticava o Itamaraty por não ter contornado a constrangedora partida dos pescadores poveiros para Lisboa. Enfim, seu coração, já debilitado, não resistiria à luta que tomara para si, contra todos.

6.5.

A homenagem do amigo João de Barros em Lisboa

Esta luta pela superação de complexos e ressentimentos e a aproximação entre o Brasil e Portugal seria reconhecida como relevante e símbolo da vanguarda de João do Rio 20 anos após a sua morte. Ainda assim, pelo esforço de seus amigos, que se espantavam com a ausência do nome do cronista em momento de celebração, como já assinalado. Pouco satisfeito com o esquecimento, João de Barros, 10 anos após o inquérito de Cândido de Campos, iria homenagear, mais uma vez, João do Rio. Em maio de 1950 e por iniciativa do jornalista e vereador português Luís Teixeira e da Câmara Municipal de Lisboa, seria inaugurado, na Praça Rio de Janeiro, no bairro lisboeta Alameda – precisamente na Avenida Almirante Reis 1969 –, um busto em homenagem a Paulo Barreto, feito pela artista plástico Álvaro de Brée. No monumento foi esculpida uma frase do cronista: “nada me devem os portugueses por amar e

defender portugueses, por que assim amo e venero e quero duas vezes mais a minha pátria”.⁵⁶³

Os discursos de Luís Teixeira e de João de Barros na cerimônia foram posteriormente publicados na revista *Ocidente*, do jornalista português Álvaro Pinto, fundador também de *A Águia* (1910), *Renascença Portuguesa* e *Vida Portuguesa*, e responsável por vários convênios jornalísticos luso-brasileiros. Pinto dirigiu com António Sergio *o Anuário do Brasil*, editora de livros portugueses e brasileiros.⁵⁶⁴ Em carta a João de Barros, lembrará o colega do artigo que devia para a revista *Ocidente*: “não se esqueça do artigo sobre o João do Rio. Já tenho o do Luís Teixeira”.⁵⁶⁵ Seguem, abaixo, os trechos mais relevantes do discurso de Teixeira:

era tão vigorosamente brasileiro que um dos seus contemporâneos mais ilustres, ao assinalar como Paulo Barreto pertencia bem à sua gente, acentuou que ele a sentia como o mais belicosos dos nativistas. Foi essa a grande lição da vida de João do Rio: sentir e proclamar sem desfalecimentos o seu patriotismo e, ao mesmo tempo, sentir e proclamar com desassomburada altivez, com intensa dedicação, com alvoroçado enternecimento, com enlevos de enamorado, com firmeza de idealista e fúrias de batalhador – tudo o que era nosso e a sua visão acrescia de grandeza, tudo o que era nosso e a sua ternura iluminava de mais altos esplendores. Quase no fim da curta vida não hesitou em confessar que, antes de ler a História e ter idade para recordar, amava a nossa Pátria. E logo acrescentou: “Foram os portugueses do Brasil e as minhas viagens a Portugal que me ensinaram patriotismo, o orgulho da minha raça e da minha terra”. No espaço de dez anos, Paulo criara uma mística de ação. Entregou-se à febril atividade de um sonho. Construiu, pedra a pedra, numa ânsia tenaz e ardente, os alicerces sólidos de um nobre e fecundo “esforço solidário para a glória das duas Pátrias”. A aproximação luso-brasileira foi a tentativa total da sua vida; por ela sofreu, em crises graves, avantajando-se os seus esforços às alturas das grandes abnegações.⁵⁶⁶

Um patriota abnegado, um idealista ardentemente dedicado à aproximação luso-brasileira. Tais palavras somam-se aos depoimentos dos entrevistados por Cândido de Campos, que ressaltaram, em suma, a honestidade de João do Rio e sua dedicação à defesa dos portugueses por simplesmente rechaçar o preconceito e o radicalismo, ainda que para isso sacrificasse sua vida financeira, profissional e pessoal. Morreu injustiçado, com a pecha de “vendido”,

⁵⁶³ Anexo 5.

⁵⁶⁴ AZEVEDO, Manuela de. *Op. cit.*, p. 239.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem.*

⁵⁶⁶ TEIXEIRA, Luís. “Homenagem a João do Rio”. *Ocidente*, Lisboa, nº 151, volume XXXIV, pp. 3-10, novembro de 1950.

suspeito de receber da colônia portuguesa para defender os interesses dos “comendadores”. Foi humilhado, ridicularizado, chegou a sofrer agressões por defender os pescadores, porém manteve sua linha de atuação. Deixou o conto, a crônica e a dramaturgia para se insurgir contra o jacobinismo do Executivo e o nativismo de alguns radicais, sem titubear. As palavras de João de Barros, na homenagem da Câmara Municipal de Lisboa, ressaltam mais uma vez a dedicação de Paulo Barreto à aproximação luso-brasileira:

teria sido eu um amigo quase irmão de João do Rio, o seu companheiro e discípulo fiel na defesa da bela e nobre causa da fraternidade do Brasil e de Portugal, e o seguidor da política luso-brasileira, que João do Rio preconizou e à qual deu todo o seu entusiasmo, todo o seu talento, toda a sua persistência e todo o seu notabilíssimo esforço. (...) no jornal *Gazeta de Notícias*, (...) na revista *Atlântida* (...), no jornal *A Pátria* e (...) no livro *Portugal d’agora* (...) conseguiu criar, cimentar e divulgar o ideal que o norteava. Sempre com desassomburada coragem, sempre sem o menor interesse material – daí a autoridade moral de João do Rio, que ninguém de boa-fé jamais lhe negará. Certo, não seria equitativo esquecer outros brasileiros e portugueses que ao mesmo ideal se dedicaram. A verdade, porém, é que a eficiência da obra de João do Rio a todas as outras iniciativas sobrelevou, excedeu. (...) a sua concepção das relações luso-brasileiras – não recebemos proclamá-lo – foram sempre também dignas dum grande político e estadista.⁵⁶⁷

Observa-se que João do Rio, entre 1908 e 1921, conferiu à sua própria trajetória profissional um eixo norteador, ressaltado por ele mesmo diversas vezes, que culminou em seu jornal, no qual selou o compromisso com o patriotismo e a política luso-brasileira. A essa política e à sua concepção sobre as relações entre o Brasil e Portugal dedicou uma gama substancial de textos – estratégia, segundo João de Barros, digna de um grande estadista. Como mesmo afirmou Ribeiro Couto, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, quando passou a ocupar a cadeira deixada por Paulo Barreto: “a tradição, soube amá-la no passado da raça, como prova essa insistente meiguice pela terra portuguesa, que seus inimigos também não pouparam, insinuando que havia negócio onde cantava apenas o lirismo”.⁵⁶⁸

Seu amor pelo espírito português fez ainda que planejasse a publicação de um livro sobre Lisboa, que chamaria de *A sonata de Lisboa ao luar*, sonho confessado a Ribeiro Couto. Um livro, segundo Couto, no qual descreveria “desde

⁵⁶⁷ BARROS, João de. “Homenagem a João do Rio”. *Ocidente*, Lisboa, nº 151, volume XXXIV, pp. 3-10, novembro de 1950.

⁵⁶⁸ Academia Brasileira de Letras. *Discursos acadêmicos*. Tomo II, 1920-1935. Rio de Janeiro, p. 1106, 2006.

a Lisboa das conquistas até a Lisboa de agora, fazendo desfilar através das idades as diferentes fisionomias cidadinas”.⁵⁶⁹ *A Pátria*, sem dúvida, tomou-lhe todo o tempo e a saúde e o impediu de se dedicar a este sonho, que talvez ainda realizasse.

A Lisboa, entretanto, João do Rio já havia dedicado muitas “declarações de amor”. No *Portugal d’agora*, por exemplo, a descrição da cidade (textos classificados por ele como “notas de viagem” e “impressões”) é precisa. Em muitos capítulos deu vazão ao lirismo, através do qual externou o sentimento fraternal com a terra e a gente portuguesas. Como no texto abaixo, incluído no primeiro capítulo do livro, no qual descreve sua primeira impressão assim que o paquete aporta na capital portuguesa, após longa viagem:

como era belo o que viam os meus olhos! Que beleza! E entretanto, nada de extraordinário: a casaria com a da minha terra, preguiçando da lombada dos montes até junto à água do rio, as torres das igrejas sem nada de espantoso, água, céu, paisagem. Diante da cidade a acordar, no Tejo largo e profundo, não era o pasmo que me acometia, era o reconhecimento de me sentir ligado a uma raça valorosa a antiga, era a idéia de que eu mais não era senão o desdobramento de um ramo forte da humanidade, era o sonho talvez vago e fantasioso de que daquele mesmo rio, defronte da torre pequena de Belém, um ascendente distante se arrojara ao mundo novo, deixando Lisboa.

O reconhecimento de se sentir “ligado a uma raça valorosa e antiga”, o perceber-se como “desdobramento de um ramo forte da humanidade”, são registros reveladores do movimento de aproximação entre Portugal e o Brasil realizado por João do Rio. Neste movimento, a cidade é o espelho no qual viu refletida, mesmo que em diferença, a sua terra, a sua cidade natal, o Rio de Janeiro. Casaria, água, céu e paisagem simbolizam também o sentido de comunhão e de continuidade entre o velho e o novo continente, entre o Brasil e Portugal – a ponte espiritual, o abraço mental, o mito da Atlântida, tão acalentado e propagado ao longo de toda uma vida de narrativas. Enfim, como afirmou o amigo João de Barros, anos depois, corroborando o sentimento e o ideal que o aproximou e o uniu a João do Rio e ao Brasil: “o Brasil, irmão de Portugal – irmão querido, respeitado e amado nas suas semelhanças e nas suas diferenciações, nas suas divergências e nas suas pareências – eis a verdade de amanhã, de hoje e de sempre”.⁵⁷⁰

⁵⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁷⁰ BARROS, João de. *Adeus ao Brasil*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1962, p. 20.